

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JUSTIÇA ADMINISTRATIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM JUSTIÇA ADMINISTRATIVA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE DIREITO

LENORA DE BEAUREPAIRE DA SILVA SCHWAITZER

DECISÃO JUDICIAL DO TRF2: PROCEDIMENTOS PARA VIABILIZAÇÃO DE UM
REPOSITÓRIO DIGITAL CONFIÁVEL



Niterói
2014

LENORA DE BEAUREPAIRE DA SILVA SCHWAITZER

**DECISÃO JUDICIAL DO TRF2: PROCEDIMENTOS PARA VIABILIZAÇÃO DE UM
REPOSITÓRIO DIGITAL CONFIÁVEL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Justiça Administrativa do Curso de Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do título de Mestre em Justiça Administrativa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Lúcia Rebel Gomes

Niterói

2014

S398r Schwaitzer, Lenora de Beaurepaire da Silva.

Decisão Judicial do TRF2: procedimentos para viabilização de um repositório digital confiável. / Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer. – 2014.

135f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Lúcia Rebel Gomes.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Justiça Administrativa do Curso de Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do título de Mestre em Justiça Administrativa. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Referências: f. 126-132.

1. Preservação digital. 2. Repositório Digital Confiável. 3. Modelo de referência OAI. 4. Decisão judicial de 2º grau. 5. Análise diplomática. I. Gomes, Sandra Lúcia Rebel. II. Título.

CDD 025.84

LENORA DE BEAUREPAIRE DA SILVA SCHWAITZER

DECISÃO JUDICIAL DO TRF2: PROCEDIMENTOS PARA VIABILIZAÇÃO DE UM
REPOSITÓRIO DIGITAL CONFIÁVEL

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Justiça Administrativa do Curso de Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do título de Mestre em Justiça Administrativa.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Sandra Lúcia Rebel Gomes - orientadora
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a Rosa Inês de Novais Cordeiro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a Cícera Henrique da Silva
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Edson Alvisi Neves – suplente
Universidade Federal Fluminense (UFF)

À minha mãe,
com quem passei horas especiais
durante o curso de pós-graduação

AGRADECIMENTOS

À minha dedicada orientadora, prof^a Dr^a Sandra Lúcia Rebel Gomes, pelos ajustes precisos em meu estudo.

Aos professores do PPGJA, especialmente à prof^a Dr^a Rosa Inês de Novais Cordeiro, pelos novos conhecimentos adquiridos.

Ao prof. Dr. Ricardo Perlingeiro, que me incentivou a me candidatar ao programa de pós-graduação Justiça Administrativa.

Às profs. Rosângela Cunha, Margareth Silva e Ana Celia Rodrigues, pela base adquirida durante o curso de graduação em Arquivologia, essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas do TRF2, que me esclareceram dúvidas, me incentivaram e me apoiaram durante a pesquisa.

Ao TRF2, que completa 25 anos em 30.03.2014.

À minha filha, Ana Paula, que compreende as longas horas de estudo e pesquisa.

Ao meu marido, pelo apoio, principalmente nesta pesquisa, que guarda relação com o vínculo que nos une.

"Se consciência significa memória e
antecipação, é porque consciência é
sinônimo de escolha."
Henri Bergson

RESUMO

Estudo que aborda o desafio da preservação digital de documentos produzidos pelo Judiciário Federal e, em particular, das decisões judiciais de 2ª Instância. Em sua primeira parte, reconhece a natureza arquivística da matriz digital deste documento judicial e propõe sua classificação no plano aprovado pelo Conselho da Justiça Federal para que sua guarda seja permanente. Elabora-se, ainda, sua análise diplomática com base no projeto InterPARES 3 e recomenda sua conversão para um formato estável, que possibilite sua preservação de longo prazo. Na segunda parte do estudo, descreve os procedimentos realizados para a viabilização da construção de um repositório digital confiável, com base no modelo de referência OAIS, esclarecendo quanto ao esquema de metadados a ser utilizado para a descrição daqueles documentos, quanto à importância do uso do PREMIS, que propõe um conjunto de metadados de preservação que garantam a criação, gestão e utilização de objetos digitais ao longo do tempo e do encapsulamento do objeto digital e de seus metadados, com o uso do METS, a fim de auxiliar no processo de interoperabilidade entre instituições e permitir a redução do custo do desenvolvimento de ferramentas individuais. Propõe, ao final, um modelo funcional a ser implementado pelo TRF2 e as estratégias em fase de desenvolvimento para a efetiva implantação do repositório digital confiável do TRF2.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação digital. Repositório Digital Confiável. Modelo de referência OAIS. Decisão judicial de 2º grau. Análise diplomática.

ABSTRACT

Study that addresses the challenge of digital preservation of federal judicial documents and, particularly, second instance decisions. The first part acknowledges the archival nature of this judicial document digital matrix and proposes a classification in the approved plan by the Federal Court Council - CJF so that its custody remains permanent. Also, a diplomatic analysis is made based on the InterPARES 3 project and recommends its conversion into a stable format that enables its long-term preservation. The second part of the study describes the procedures performed for making it feasible to build a reliable digital repository based on the OAIS reference model, and clarifies the metadata scheme used for describing those documents. Moreover, it stresses the importance of using PREMIS, which proposes a set of preservation metadata to ensure the creation, management and use of digital objects over time, as well as digital object encapsulation and its metadata through the use of METS in order to assist in the interoperability process among institutions and allow reducing the costs involved in the development of individual tools. In concluding, the implementation of a functional model is proposed by TRF2 and strategies are under development for the effective deployment of a TRF2 reliable digital repository.

KEYWORDS : Digital Preservation . Trusted Digital Repository. OAIS reference model . Second instance judicial decision. Diplomatic analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
API	Application Programming Interface (ou Interface de Programação de Aplicativos)
AN	Arquivo Nacional
AN DIGITAL	Arquivo Nacional Digital
CCSDS	Consultative Committee for Space Data Systems
COAPIN	Coordenadoria de Arquitetura e Preservação da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPC	Código de Processo Civil
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DAJUR	Divisão de Análise de Acórdãos, Doutrina, Legislação e Jurisprudência
DCOM	Distributed Component Object Model
DGARQ	Direção-Geral de Arquivos
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DIGED	Divisão de Gestão Documental
DIJAR	Divisão de Jurisprudência e Arquivo
DIJUR	Divisão de Jurisprudência
DLF	Digital Library Federation
DOI	Digital Object Identifier
DTD	Document Type Definition
EAD	Encoded Archival Description
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FEDORA	Flexible Extensible Digital Object Repository Architecture
GDFR	Global Digital Format Registry
GML	Generalized Markup Language
GSA	Google Search Appliance
INFOJUR	Informativo de Jurisprudência
INTERPARES	International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos)
ISAD(G)	General International Standard Archival Description, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISBN	International Standard Book Number
LAI	Lei de Acesso à Informação
MARC 21	Machine Readable Cataloging (Catalogação Legível por Computador)
METS	Metadata Encoding Transmission Standard
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MODS	Metadata Object Description Schema
MTS	Microsoft Transaction Server
NISO	National Information Standards Organization
NSA	National Security Agency

OAI	Open Access Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
OAIS	Open Archival Information System
OCLC	Online Computer Library Center, Inc.
OCLC/RLG	Online Computer Library Center e Research Library Group
OD	Objeto Digital
PAI	Pacote de Armazenamento de Informação
PCTT	Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade
PDF/A	Portable Document Format/A
PDI	Pacote de Disseminação de Informação
POT	Pesquisa e Operação de Terminal
PPD	Plano de Preservação Digital
PREMIS	PREservation Metadata: Implementation Strategies
PRODASEN	Processamento de Dados do Senado Federal
PSI	Pacote de Submissão de Informação
RDF	Resource Description Framework
REN PAC	Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes
RLG	Research Libraries Group
RODA	Repositório de Objectos Digitais Autênticos
RTF	Rich Text Format
SAAI	Sistema Aberto de Arquivamento de Informação
SEANIN	Seção de Análise e Indexação
SED	Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação
SEJURI	Seção de Jurisprudência
SEPTRA	Seção de Pesquisa e Transcrição
SGML	Standard Generalized Markup Language
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SIAPRO	Sistema de Acompanhamento de Processos
SICON	Sistema de Informações do Congresso Nacional
SSL	Security Socket Layer
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TI	Tecnologia de Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TOM	Typed Object Model
TRF	Tribunal Regional Federal
TRF2	Tribunal Regional Federal da 2a Região
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VLAN	Virtual Local Area Network
XML	eXtensible Markup Language

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS	19
2.1	DOCUMENTO, DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E ARQUIVO	23
2.1.1	Documento	24
2.1.2	Documento arquivístico	24
2.1.3	Arquivo	26
2.1.4	Documento eletrônico, documento digital e documento arquivístico digital	28
2.1.5	Documento arquivístico para a pesquisa	28
2.2	CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	29
2.2.1	Imparcialidade	29
2.2.2	Autenticidade	30
2.2.3	Naturalidade	31
2.2.4	Inter-relacionamento	31
2.2.5	Unicidade	31
2.3	ELEMENTOS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	32
2.3.1	Elementos extrínsecos da forma documental	32
2.3.2	Elementos intrínsecos da forma documental	34
2.4	PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS	36
2.4.1	A preservação como prática arquivística	37
2.4.2	A preservação do patrimônio arquivístico digital	41
2.4.3	Estratégias de preservação dos documentos digitais	44
2.5	PLANO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	48
2.6	O PROJETO INTERPARES: DIRETRIZES E PREMISSAS	52
3	DECISÃO JUDICIAL DO TRF2: UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	58
3.1	A JUSTIÇA FEDERAL E O TRF2	58
3.2	COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO FEDERAL	59
3.3	A JURISPRUDÊNCIA DO TRF2	61
3.3.1	O setor de jurisprudência do TRF2	63
3.4	NATUREZA ARQUIVÍSTICA DA DECISÃO JUDICIAL DE 2 ^o GRAU	66
3.5	ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS DO TRF2	72
3.6	TRF2: DESCRIÇÃO DO CONTEXTO	73
3.6.1	Contexto de proveniência	73

3.6.2	Contexto jurídico-administrativo	74
3.6.3	Contexto de procedimentos	76
3.6.4	Contexto documental	79
3.6.5	Contexto tecnológico.....	80
3.7	DECISÃO JUDICIAL: ANÁLISE DIPLOMÁTICA	82
3.7.1	Identificação do documento	83
4	UM REPOSITÓRIO DIGITAL CONFIÁVEL PARA O TRF2	89
4.1	O MODELO DE REFERÊNCIA OAIS	92
4.2	REPOSITÓRIO DE OBJECTOS DIGITAIS AUTÊNTICOS – RODA.....	95
4.3	O PREMIS	98
4.4	O PROJETO FEDORA	100
4.5	IMPORTÂNCIA DOS METADADOS NA PRESERVAÇÃO DIGITAL	102
4.5.1	Metadados de preservação.....	105
4.5.2	Empacotamento de metadados de um objeto digital	107
4.6	O PROJETO INTEIRO TEOR DO TRF2	109
4.6.1	Requisitos funcionais	112
4.6.2	EAD como esquema de metadados descritivo aplicável.....	113
4.6.3	Contribuição do projeto InterPARES	114
4.6.4	Arquitetura do repositório digital.....	115
4.6.5	Documentos do projeto Repositório Digital do TRF2	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	ANEXO A - Questões a serem respondidas pelos pesquisadores com relação aos estudos de caso de documentos arquivísticos	133
	ANEXO B – Estrutura organizacional da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação (SED)	135